

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.271 - ES (2019/0013386-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : VITORIA AMBIENTAL ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A
ADVOGADOS : VALÉRIA MARIA CID PINTO - ES005242
DANIEL DOS SANTOS MARTINS FILHO E OUTRO(S) - ES011625
AGRAVADO : WESLEY DA SILVA BUGINE
AGRAVADO : MARLENE DA SILVA BUGINE
ADVOGADOS : MARIO MAIA JUNIOR - RJ114202
KARLA EMILENE BUGIN ASSEF MAIA E OUTRO(S) - RJ130448
AGRAVADO : TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A
ADVOGADOS : ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES - MG028072
EULER DE MOURA SOARES FILHO E OUTRO(S) - ES011363
ANDRÉ SILVA ARAÚJO - ES012451
RAFAEL ALVES ROSELLI - ES014025
RITA ALCYONE PINTO SOARES - ES011364
ANDERSON LUIS GAZOLA ELLER - ES007016

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL E MATERIAL. ART. 1.022 DO NCPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGURO. LIMITES DA COBERTURA. CLÁUSULA DE EXCLUSÃO. SÚMULA Nº 402 DO STJ. ALTERAÇÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

WESLEY DA SILVA BUGINE e MARLENE DA SILVA BUGINE

(WESLEY e outra) ajuizaram ação de reparação de danos morais e materiais contra VITÓRIA AMBIENTAL ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A. (VITÓRIA AMBIENTAL), em virtude de acidente de trânsito com vítima fatal.

Em primeira instância, o Juízo sentenciante julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais para condenar a VITÓRIA AMBIENTAL ao pagamento de danos materiais e morais. A denúncia da lide foi julgada procedente e a litisdenunciada TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (SEGURADORA)

foi condenada ao pagamento da indenização suportada pela litisdenunciante e constante do contrato de seguro, a título de danos materiais e morais, limitando-se a obrigação ao valor da constante da apólice, descontando-se o valor da franquia (e-STJ, fls. 358/371).

Os embargos de declaração opostos por VITÓRIA AMBIENTAL e SEGURADORA foram desprovidos (e-STJ, fls. 411/412).

O Tribunal local deu parcial provimento aos recursos de apelação interpostos por WESLEY e outra, VITÓRIA AMBIENTAL e SEGURADORA, em acórdão ementado nos seguintes termos:

APELAÇÃO CÍVEL DIREITO CIVIL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO COM RESULTADO MORTE - INEXISTÊNCIA DE CULPA CONCORRENTE DA VITIMA - ALTERAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - IMPOSSIBILIDADE - ALTERAÇÃO DA PENSÃO MENSAL - IMPOSSIBILIDADE - CONTRATO DE SEGURO QUE EXPRESSAMENTE EXCLUI A COBERTURA POR DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO DIRETA E SOLIDÁRIA DA SEGURADORA PELOS DANOS PATRIMONIAIS - LIMITES INDENIZATÓRIOS DA APÓLICE - INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA CONTRATAÇÃO - REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - POSSIBILIDADE - RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELAS VERBAS ACESSÓRIAS - ALTERAÇÃO DOS ÍNDICES E TERMOS INICIAIS PARA A CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Recurso de Wesley da Silva Bugine e outra.

1.1. Indenização R\$78.800,00 para correspondentes a mínimos à época Inalterabilidade.

proporcionalidade e Precedentes.

1.2. Majoração do valor mensal. É insuficiente a meras declarações de de mercadorias, sem o lastro probatório.

1.3. Condenação das pagamento integral de arbitrada em cada autor, 100 salários - da Sentença.

Existência de razoabilidade.

da pensão juntada de compra e venda correspondente apeladas ao honorários de sucumbência. Inexiste sucumbência recíproca quando há condenação em danos morais em valor menor do que pretendido (STJ, 326). Não há compensação dos ônus sucumbenciais em que não houve sucumbência recíproca (STJ, 306). Art. 20, §3º e 21, do CPC/73.

2. Recurso de Vitória Ambiental.

2.1. Inexiste culpa concorrente da vítima. As preposto da do acidente de direção.

2.2. Diminuição indenização por Impossibilidade.

2.3. *Termo inicial pensão a partir do parcela. Mantida provas demonstram que o requerida foi o causador ao tráfegar na mão oposta do valor da danos morais.*

para a correção da vencimento de cada pensão mensal mantida em 2/3 do salário-mínimo. A correção monetária e os juros nas relações de trato sucessivo, pensão mensal, devem como a incidir parceladamente. Precedente do TJES.

Nas condenações posteriores ao Código Civil de 2002, a incidência da taxa Selic é a regra, porém deve ser excepcionada na indenização por danos morais, no período compreendido entre o evento danoso e o arbitramento, quando ainda não incide correção monetária.

2.4. *Inexiste condenação em ônus sucumbenciais, se não houve resistência da denunciada em denunciação à lide, não configurando resistência o simples fato de discutir os termos do contrato.*

Precedente do STJ.

2.5. *Atualização do valor da apólice.*

Os limites indenizatórios previstos na apólice devem ser corrigidos desde a contratação. Não incidem juros de mora sobre esses limites.

Precedentes.

2.6. *Condenação direta e solidária da seguradora. Nos limites do contrato, a seguradora pode ser condenada direta e solidariamente, com base nos princípios da economia, celeridade e efetividade do processo. Precedente do STJ em recurso repetitivo.*

3. *Recurso de Tokio Marine.*

3.1. *Diminuição do valor da indenização por danos morais.*

Impossibilidade.

3.2. *Inexistência de cobertura para indenização por danos morais. O contrato de seguro exclui expressamente a cobertura de indenização por danos morais, que deveriam ter sido contratados como coberturas adicionais. STJ, 402.*

Precedentes do TJES.

3.3. *Diminuição da expectativa de vida, para fins de pensão. Termo final com base em dados do IBGE.*

Precedente do STJ.

3.4. *Exoneração do pagamento de custas e honorários. O contrato de seguro expressamente garante a cobertura das despesas mencionadas.*

3.5. *A correção monetária dos valores da apólice é devida a partir da contratação.*

4. *Recursos conhecidos e parcialmente providos (e-STJ, fls. 517/520).*

Os embargos de declaração opostos por VITÓRIA AMBIENTAL

foram desprovidos (e-STJ, fls. 610/620)

Irresignada, VITÓRIA AMBIENTAL interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III *a* e *c*, da CF, alegando, a par de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 1.022 do NCPC e 46, 47 e 54, §4º, do CDC. Sustentou, em suma, que (1) houve negativa de prestação jurisdicional; (2) a SEGURADORA é responsável pelo pagamento de danos morais até o limite contratado, pois o contrato deve ser interpretado de forma mais favorável ao consumidor e, no caso em tela, não há qualquer exclusão quanto aos danos morais; (3) houve dissídio jurisprudencial acerca da cobertura de danos morais (e-STJ, fls. 623/647).

Contrarrrazões apresentadas (e-STJ, fls. 665/678; 679/693).

O recurso especial foi inadmitido na origem por ausência de violação do art. 1.022 do NCPC, incidência da Súmula nº 7 do STJ e ausência de comprovação de dissídio jurisprudencial nos moldes legais (695/699).

Insatisfeita, VITÓRIA AMBIENTAL interpôs agravo em recurso especial alegando ofensa aos dispositivos de lei federal, além de refutar os óbices apresentados na decisão agravada (e-STJ, fls. 703/714).

Contraminutas apresentadas (e-STJ, fls. 717/722; 723/730).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da alegação de negativa de prestação jurisdicional

VITÓRIA AMBIENTAL afirmou a existência de negativa de prestação jurisdicional, pois o acórdão não teria se manifestado sobre pontos indispensáveis para o desate da controvérsia.

Entretanto, observa-se que houve manifestação suficiente no acórdão recorrido acerca das questões postas, inclusive, no tocante às cláusulas do contrato de

seguro. Afirmou que a cobertura de danos morais a terceiros foi expressamente excluída pelo contrato.

Logo, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria posta em debate foi devidamente enfrentada pela Corte local, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do réu.

Assim, não há falar em violação do art. 1.022 do NCPC.

(2) Da alegada violação dos arts. 46, 47 e 54, §4º, do CDC

Insurge-se VITÓRIA AMBIENTAL sustentando que a SEGURADORA é responsável pelo pagamento de danos morais até o limite contratado, pois o contrato deve ser interpretado de forma mais favorável ao consumidor e, no caso em tela, não há qualquer exclusão quanto aos danos morais.

Com relação aos danos morais, o Tribunal local assim se manifestou:

A Súmula nº 402 do STJ, consagra o entendimento de que, em regra, a previsão de cobertura por "danos pessoais ou corporais" abarca a indenização por danos morais, somente sendo excluída por expressa previsão contratual.

Alega a apelante que houve expressa exclusão dos danos morais nas cláusulas 8.4 e 8.4.1. 'do contrato de seguro, juntado às fls. 133/143:

8.4. Coberturas Adicionais.

As coberturas Adicionais devem ser contratadas conjugadas a uma das coberturas básicas para o Automóvel ou a uma das coberturas de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - Danos Materiais e Corporais.

8.4.1. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - Danos Morais a Terceiros.

A cobertura de Danos Morais, dentro da garantia de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos, é uma garantia adicional.

Como se observa, a cobertura de danos morais a terceiros foi expressamente excluída pelo contrato de seguro, em cláusulas destacadas, de acordo com a Súmula nº 402 do STJ, concluindo-se, portanto, que a seguradora não pode ser responsabilizada pela indenização por danos morais, devida pela seguradora.

Nesse sentido, vêm entendendo os órgãos deste eg. Tribunal (e-STJ, fl. 618).

Observa-se desse excerto que o entendimento proferido pelo Tribunal de origem está em harmonia com a Súmula nº 402 do STJ, *in verbis*: *O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.*

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. 1. RESPONSABILIDADE CIVIL DA SEGURADORA. COBERTURA DE DANOS CORPORAIS OU PESSOAIS COM ABRANGÊNCIA DOS DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO NA HIPÓTESE. CLÁUSULA EXPRESSA DE PREJUÍZOS EXTRAPATRIMONIAIS. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. [...]. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior, inclusive consolidada na Súmula 402/STJ, é no sentido de que a previsão contratual de cobertura dos danos pessoais (corporais) abrange os danos morais apenas se estes não forem objeto de expressa exclusão ou não figurarem na apólice como cláusula contratual independente.

2. "Se o contrato de seguro prevê, em cláusula distinta, a cobertura para danos morais, deve a indenização correspondente ficar limitada ao valor contratado a esse título. Somente nos casos em que a cláusula é inespecífica, referindo-se genericamente a danos corporais ou a danos pessoais, é que se pode compreender nela incluso os danos morais." (AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 708.653/SC, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 25/8/2016).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.107.344/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 13/11/2017)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE FATAL DE TRÂNSITO. MORTE DE PASSAGEIRO. DEMANDA AJUIZADA PELO IRMÃO DA VÍTIMA CONTRA OS PROPRIETÁRIOS DO VEÍCULO, CONDUZIDO POR SEU FILHO. [...]. SÚMULA 402/STJ. REVISÃO. SÚMULA 5/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior, consolidada no Enunciado n. 402 da Súmula do STJ, é no sentido de que a previsão contratual de cobertura dos danos pessoais (corporais) abrange os danos morais quando estes não forem objeto de expressa exclusão ou não figurarem na apólice como cláusula contratual independente.

2. O Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu inexistir expressa exclusão

de indenização a título de danos morais na apólice do segurado. Assim, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula 5/STJ. [...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.104.409/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 13/10/2017)

Analizando o conjunto fático-probatório, notadamente as cláusulas contratuais do contrato de seguro, o Tribunal de origem, nesse particular, consignou que a cobertura de danos morais foi expressamente excluída.

Desta feita, rever o entendimento esposado pelo Tribunal de origem, neste tocante, demandaria inevitável revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

A propósito, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO.

1. O aresto hostilizado está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, nos termos da Súmula 402 do STJ, segundo a qual "o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão". 2.1. Alterar as premissas adotadas pelo decisum atacado, no sentido da existência de cláusula de exclusão da cobertura securitária relativamente aos danos morais, demandaria a interpretação das cláusulas contratuais e a rediscussão da matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

2. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Incidência da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.347.682/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 11/12/2018, DJe 17/12/2018 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM

SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que " não houve exclusão expressa e individualizada de cobertura por danos morais na referida apólice.". Assim, a revisão do acórdão estadual, a fim de acolher a tese do recorrente de ser afastada sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. A decisão da Corte estadual encontra-se em harmonia com o enunciado da Súmula 402 do STJ, segundo a qual: "o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão", o que, conforme consignado no aresto guerreado, não ocorreu.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.127.103/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 24/4/2018, DJe 2/5/2018 – sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. RAZÕES DO AGRAVO INTERNO DISSOCIADAS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 284/STF. 2. VIOLAÇÃO DO ART. 757 DO CC. SÚMULA 402/STJ. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM DE QUE INEXISTIA CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO DA COBERTURA DOS DANOS MORAIS. SÚMULA 83/STJ. ADEMAIS, IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 3. OFENSA AOS ARTS. 765 E 766 DO CC. INOVAÇÃO RECURSAL. 4. RECURSO IMPROVIDO.

1. Considerando que as razões do agravo interno, relativamente à suscitada violação do art. 535 do Código de Processo Civil, não guardam nenhuma relação com a decisão monocrática agravada, de rigor a aplicação do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Tendo concluído o Tribunal de origem, ao manter a condenação imposta em primeira instância, que não havia no contrato em questão cláusula expressa de exclusão da cobertura dos danos morais, aplicou ele a compreensão contida no enunciado n. 402 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, "o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão". Incidência do enunciado n. 83 da Súmula desta Corte.

Ademais, infirmar a conclusão alcançada pelo Tribunal a quo após minucioso exame das provas e do contrato de seguro encontra óbice nos enunciados n. 5 e 7 da Súmula deste Tribunal Superior.

3. Constatado que a cogitada vulneração dos arts. 765 e 766 do Código Civil não foi sustentada nas razões do recurso especial, mas apenas neste agravo regimental, evidente o intento da agravante de inaugurar debate de matéria não arguida no momento oportuno, atraindo a incidência do instituto da preclusão consumativa.

Inovação recursal verificada.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 686.904/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 1/3/2016, DJe 10/3/2016 – sem destaque no original)

(3) Do dissídio jurisprudencial

Da análise do recurso interposto, é possível verificar que VITÓRIA AMBIENTAL não cumpriu a tarefa no tocante ao dissídio interpretativo viabilizador do recurso especial, pois não foi demonstrado nos termos exigidos pela legislação e pelas normas regimentais.

Isso porque, além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário realizar o cotejo analítico, demonstrando-se a identidade das situações fáticas e a interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal.

Portanto, não foram preenchidos os requisitos dos arts. 1.029, § 1º, do NCPC e 255 do RISTJ, o que inviabiliza o exame de dissídio interpretativo.

A propósito, confirmam-se os precedentes:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO CONTRAPOSTO. AÇÃO PRINCIPAL IMPROCEDENTE E PEDIDO CONTRAPOSTO PROCEDENTE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA. RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SÃO CABÍVEIS CONTRA QUALQUER DECISÃO JUDICIAL. SEGUNDO ACÓRDÃO PROFERIDO. VALIDADE. AUSÊNCIA DE NULIDADE. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS PROCESSUAIS E DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC/73. DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO INTERNA. DEFEITO NA INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE PUBLICAÇÃO EM NOME DE PATRONO ESPECÍFICO. NULIDADE RELATIVA. PRECEDENTES. PRECLUSÃO.

IMPUGNAÇÃO REALIZADA NO PRIMEIRO MOMENTO MAS DE FORMA INTEMPESTIVA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA NOS TERMOS DOS ARTS. 541, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC/73 E 255 DO RISTJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NELA NÃO PROVIDO.

[...]

8. Não se conhece de recurso especial interposto pela divergência quando esta não esteja comprovada nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Precedentes.

9. Recurso especial conhecido em parte e nela não provido.

(REsp 1.641.610/GO, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 13/6/2017, DJe 21/6/2017 – sem destaques no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. DEMORA NO PAGAMENTO DO SEGURO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não merece conhecimento, pois, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

2. O aresto combatido, tendo em vista o conjunto fático-probatório coligido, concluiu pela inexistência do dano moral. Rever tal conclusão encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 370.317/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 10/6/2014, DJe 16/6/2014, sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

3. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio que não esteja comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência Pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 481.270/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 27/5/2014, DJe 12/6/2014, sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE** provimento.

Considerando a aplicabilidade das regras do NCPC, **MAJORO** em 5% os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em desfavor de VITÓRIA AMBIENTAL, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator